AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

MARIA VANUZIA DE LIMA SANTOS

RESUMO

Os alunos com deficiência enfrentam muitos obstáculos e desafios ao longo de sua trajetória educacional, incluindo desafios acadêmicos, comportamentais e sociais, bem como a necessidade de fazer a transição entre diferentes níveis de ensino e para a vida pós-escolar. Para garantir uma transição bem-sucedida, é importante que o processo envolva a opinião de professores, psicólogos escolares, outros funcionários da escola, famílias, comunidade e, é claro, o próprio aluno. O aluno deve ser uma parte ativa do processo de transição e do planejamento. Recentemente, vários relatórios, estudos e decisões judiciais foram publicados que afetam as políticas e práticas atuais relacionadas ao ensino médio e à transição de jovens com deficiência. A educação especial tem enfrentado muitos desafios ao longo dos anos, mas também tem experimentado muitos avanços significativos. Neste texto, vamos explorar alguns dos principais desafios e avanços da educação especial. Um dos principais desafios da educação especial tem sido a garantia de que os alunos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade. Muitas vezes, esses alunos são excluídos do sistema educacional tradicional ou recebem educação inadequada, o que pode prejudicar seu desenvolvimento e limitar suas oportunidades futuras.

Palavras-chave: Obstáculos; Práticas; Transição.

INTRODUÇÃO

No passado, muitos especialistas e educadores acreditavam que a deficiência intelectual era uma condição estática e que não havia muito o que poderia ser feito para melhorar as habilidades e o desempenho das pessoas afetadas. Como resultado, a educação de pessoas com deficiência intelectual era frequentemente vista como uma perda de tempo e recursos.

No entanto, hoje em dia, muitas pessoas têm percebido que é possível melhorar a funcionalidade de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiências leves a moderadas, e que algumas podem até melhorar a ponto de não serem mais consideradas como deficientes intelectuais. Isso ocorre porque elas podem funcionar adequadamente e se integrar à comunidade.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Ao longo das últimas quatro décadas, a educação especial tem recebido cada vez mais atenção e reconhecimento. Pessoas com deficiência intelectual passaram de serem completamente excluídas, isoladas e rejeitadas pela comunidade a serem vistas como indivíduos que merecem consideração.

Esse novo impulso se deve, em grande parte, ao avanço da tecnologia que permitiu que as pessoas ficassem mais informadas sobre o que acontece em outras partes do mundo. Como em outras áreas, a tecnologia tem transformado a forma como as pessoas agem e pensam.

De acordo com Rosseto (2005, p. 42):

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

As deficiências são um problema multicultural que afeta pessoas de diferentes origens raciais, religiosas, tribais e socioeconômicas. Embora os pais com alto nível socioeconômico possa pagar por serviços médicos de qualidade para seus filhos com deficiência, infelizmente, devido à pobreza e às variáveis ambientais associadas a ela, a prevalência de alunos com deficiência de baixo nível socioeconômico é maior do que a de crianças de famílias mais ricas.

É importante entender que a educação especial e a medicina estão intimamente relacionadas, especialmente quando se trata de casos de alunos com deficiências intelectuais graves. Muitas vezes, esses indivíduos são diagnosticados erroneamente e acabam sendo encaminhados para hospitais psiquiátricos.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS SIGNIFICADOS

Existem muitos alunos que possuem necessidades especiais de aprendizagem e que são atendidos por meio da educação especial. Os tipos de suportes oferecidos variam de acordo com a necessidade de cada aluno e com as leis locais. Cada país, estado ou jurisdição educacional possui políticas, regras, regulamentos e legislação específicos que definem e regulam a educação especial.

[...] podemos dizer que uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas diz respeito, portanto, ao modo como concebem as diferenças na constituição biológica das pessoas. Vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica desencadeia e exclusão de pessoas das atividades cuja realização ela dificulta. Justifica-se a exclusão, em princípio, enquanto se aguardam descobertas científicas que permitam atuar biologicamente sobre aquela anomalia. Mas, enquanto se aguarda, amplifica-se o potencial desta barreira, uma vez que a própria exclusão desencadeia a constituição de outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num processo continuo. Cria-se assim uma deficiência. (TUNES, 2003, p. 9)

A educação especial tem como objetivo garantir que as necessidades educacionais de todos os alunos sejam atendidas, oferecendo serviços adicionais, suporte, programas, colocações especializadas ou ambientes quando necessário, sem qualquer custo para os pais.

Quando um professor está ensinando crianças com dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades especiais, é importante entender que a categoria de "educação especial" é ampla e diversificada. Ela inclui:

1. Surdo-cegueira: alunos que têm dificuldade em ouvir e ver o que está sendo dito e mostrado a eles, o que pode tornar mais difícil para eles aprenderem no ritmo de seus colegas. Em alguns casos, eles requerem uma escola dedicada somente para surdos ou somente para cegos, mas que pode não ter recursos para ajudá-los.

2. Deficiência auditiva: alunos que têm dificuldade para ouvir, mesmo que não sejam completamente surdos. Em alguns casos, eles podem ser surdos de um ouvido ou lidar com uma perda auditiva que muda e progride com o tempo.

3. Surdez: alunos que são completamente surdos e têm necessidades específicas na sala de aula, como aprender Libras, operar um sistema de aparelho auditivo e encontrar outras maneiras de se comunicar.

4. Deficiência de aprendizagem específica: alunos que podem ter uma única deficiência de aprendizagem ou mais de uma, o que pode tornar difícil para eles lerem, comunicar-se, escrever, entender matemática e muito mais. Dificuldades de Aprendizagem Específicas podem incluir distúrbios do processamento auditivo, dislexia, deficiência de aprendizagem não verbal ou disgrafia.

5. Autismo: alunos que têm dificuldade em expressar ou controlar suas emoções, problemas de comunicação e até mesmo para fazer amigos. Eles também podem fazer movimentos repetitivos, fixar-se em ideias e ser sensíveis ao ambiente sensorial.

6. Outros problemas de saúde: alunos que têm condições e doenças que afetam a sua força, a capacidade de se concentrar ou permanecer acordado.

7. Deficiência visual / cegueira: alunos que precisam de acomodações especiais, aprender braile ou até mesmo de um guia na escola.

8. Deficiência de fala ou linguagem: alunos que têm problemas para falar ou se comunicar.

9. Perturbação emocional: alunos que lidam com problemas de saúde mental moderados a graves.

10. Lesão cerebral traumática: alunos que sofreram uma lesão cerebral que afetou seu desenvolvimento físico e/ou emocional.

11. Deficiência intelectual: alunos que têm uma capacidade intelectual abaixo da média, como aqueles com Síndrome de Down.

12. Deficiências múltiplas: alunos que têm mais de uma das deficiências desta lista.

13. Deficiência ortopédica: alunos que lidam com situações que dificultam a movimentação.

O objetivo da educação especial é garantir que todos os alunos com deficiências possam participar da educação junto com os alunos sem deficiência e possam acessar o currículo sempre que possível. Idealmente, todos os alunos teriam acesso equitativo à educação para atingir seu potencial.

A SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM AS DEFICIÊNCIAS

Nas últimas décadas, a sociedade tem passado por diversas mudanças na gestão e tratamento de pessoas com deficiência, acompanhando os avanços na assistência médica. Durante séculos, a sociedade os tratou com medo e pena, considerando-os incapazes de participar ou contribuir para a sociedade, e dependentes de caridade ou bem-estar social.

Qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade

vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator, mas como parte de uma totalidade histórica que o constitui, na qual se estabelecem as mediações entre o campo da particularidade e sua relação com uma determinada universalidade. (FRIGOTTO, 2010, p.236).

De modo geral, antes do final dos anos 1800, as pessoas com retardo mental, paralisia cerebral, autismo e / ou epilepsia residiam em casa e eram cuidadas por suas famílias. A expectativa de vida de pessoas com deficiência grave e profunda não era tão grande como hoje.

No final do século XIX, agências governamentais estaduais e locais começaram a construir instituições para abrigar pessoas com deficiências de desenvolvimento, geralmente localizadas na periferia das cidades. Essa abordagem segregadora foi motivada pelas atitudes predominantes da sociedade na época, o que acabou agravando ainda mais o estigma em torno das pessoas com deficiência.

O governo brasileiro durante quase três séculos não desenvolvia ações para a escolarização do povo e só na terceira década do século XIX surgirá algum empenho neste sentido. De 1834 a 1934, assiste-se no Brasil a uma lenta, mas contínua democratização do acesso à escola pública básica nas redes estaduais e [...] nas municipais (LEÃO, 2005, p.2).

A terminologia usada para descrever pessoas com deficiência tem evoluído juntamente com as mudanças nas atitudes da sociedade. Termos antigos, como "idiota", "imbecil" e "retardado mental", foram substituídos por "pessoa com deficiência" e "deficiente". Atualmente, enfatiza-se a importância de reconhecer o indivíduo, não apenas a sua deficiência, por exemplo, "indivíduos com deficiência intelectual" em vez de "pessoas com retardo mental". Pessoas com deficiência querem ser reconhecidas por suas habilidades, não por suas limitações. Algumas pessoas preferem o termo "pessoas com deficiência física" em vez de "deficientes".

A exclusão generalizada de pessoas com deficiência em todo o mundo é uma questão de direitos humanos, mas também tem implicações econômicas significativas. A perda de produtividade resultante da exclusão de pessoas com deficiência da educação e do emprego, juntamente com a redução da arrecadação de impostos e o aumento da carga econômica sobre os sistemas de bem-estar social, coloca uma pressão significativa nas economias de muitos países. Embora difícil de quantificar, essa perda pode ser prejudicial para países que já estão lidando com desafios econômicos.

A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação. (FERNANDES, 1992, p.73).

Considerando os custos não econômicos da deficiência, como o isolamento social e as percepções negativas de que as pessoas com deficiência são incapazes e não contribuem para a sociedade, pode-se argumentar que a inclusão e o empoderamento dessas pessoas são importantes. Isso não precisa ser feito em detrimento de outras prioridades de desenvolvimento. Muitos dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência, como a exclusão da saúde, educação e emprego, são semelhantes aos enfrentados pelos pobres em geral. Promover o desenvolvimento inclusivo pode trazer benefícios para a sociedade como um todo, não apenas para as pessoas com deficiência e suas famílias. Por exemplo, edifícios públicos acessíveis podem beneficiar não apenas pessoas com deficiência, mas também idosos e pais com crianças pequenas.

Fica-se com a impressão que estamos diante, mais uma vez, dos famosos mecanismos protelatórios. Nós chegamos ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina e Uruguai, resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo (SAVIANI, 2007, p. 3).

A educação inclusiva visa garantir que os ambientes de aprendizagem regulares atendam às necessidades de todos os alunos, não apenas adaptando-os para atender às necessidades das crianças com deficiência. Ao integrar a deficiência em todas as áreas da assistência ao desenvolvimento, as questões gerais de pobreza e exclusão podem ser tratadas de uma forma que não exclui as pessoas com deficiência.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIAS

A educação é uma das ferramentas que mais influenciam o avanço das diferentes sociedades, que proporcionam aos seus cidadãos os conhecimentos e os valores necessários para que possamos alcançar melhores níveis de bem-estar e crescimento económico e pessoal, conseguindo, assim, decréscimos económicos e desigualdades sociais e ampliação das oportunidades de emprego para os jovens.

[...] para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações

devem ser consideras: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente. (DENARI, 2004 apud RODRIGUES, 2006, p.36)

Portanto, se a educação e a formação são importantes para qualquer pessoa, imagine o quão importante é formar adequadamente as crianças e jovens com deficiência, qualquer que seja o seu grau, com todas as dificuldades que têm de ultrapassar no seu dia a dia.

A integração das pessoas com deficiência significa uma avaliação positiva das diferenças. Portanto, tem um significado positivo não só para as crianças com necessidades educacionais especiais e para suas famílias, mas também para o enfrentamento social de todos os tipos de diferenças, sejam elas raciais, religiosas, políticas ou de qualquer natureza. Implica reconhecer que todos os seres humanos, pela sua condição como tal, têm direitos iguais.

Segundo Piaget, o ser humano, ao nascer, possui apenas as condições biológicas necessárias para construir a sua inteligência. Em outras palavras, as estruturas sensoriais e neurológicas do organismo humano constituem uma herança específica da espécie, que impõem limitações estruturais à inteligência, facilitam ou impedem o seu funcionamento, em si. Mas a relação entre biologia e inteligência não acaba aí. Para Piaget, herdamos igualmente o funcionamento intelectual, ou seja, o modo pelo qual o sujeito, ao estabelecer trocas com o meio em que vive, constrói o conhecimento. Esse funcionamento intelectual, a que Piaget chamou de hereditariedade geral, está presente durante toda a vida e é através dele que as estruturas cognitivas vão sendo geradas e modificadas. (MANTOAN, 1989, p.129)

Quando falamos de integração e, atualmente, antes de inclusão, referimo-nos à identificação, avaliação e desenvolvimento de programas especiais dirigidos a crianças e pessoas com dificuldades de aprendizagem ou deficiência que necessitem de ajudas adicionais para o seu pleno desenvolvimento educacional.

Essas dificuldades podem estar relacionadas a disfunções físicas ou sensoriais, como graves problemas de visão ou audição. Também estão incluídos como meninos e meninas com necessidades educacionais especiais aqueles com graves distúrbios de linguagem e aqueles com graves distúrbios de aprendizagem, sejam gerais ou específicos. Dificuldades emocionais ou comportamentais, que devido à gravidade dificultam a adaptação da criança ao sistema escolar, também têm sido incluídas entre os alunos que necessitam de atendimento especializado.

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos. (UNESCO apud MENDES,2002, p. 56)

Qualquer que seja o tipo de deficiência que aflige essas crianças, muitas vezes elas apresentam dificuldades de aprendizagem no contexto escolar normal. Essas dificuldades podem afetar a leitura, a escrita, a linguagem, a matemática e / ou o campo do desenvolvimento socioemocional, mas não são aplicadas medidas especiais para facilitar a integração e o melhor desenvolvimento de cada criança com necessidades educacionais especiais. Embora essas dificuldades em alcançar as habilidades acadêmicas básicas determinem que eles requeiram ajuda adicional em diferentes áreas, eles não podem justificar sua segregação do sistema escolar.

Parece incrível que hoje existem ainda milhões de crianças em risco de exclusão social devido à sua deficiência . Porque, no momento, a inclusão ainda não existe em todas as sociedades, e esta é a maneira das crianças crescerem em igualdade de condições, apesar de sua singularidade.

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter níveis adequados de aprendizagem, escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constitui os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação afetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência em última instância o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 2000, p.134).

A educação inclusiva supõe, em primeiro lugar, uma mudança de perspectiva, modificando o foco de atenção, colocando a ênfase no contexto, não no indivíduo. Ou seja, pensando em como eliminar as barreiras de aprendizagem, participação e presença.

Para as crianças com deficiência que conseguem frequentar as salas de aula, a qualidade e a forma de ensino que recebem - muitas vezes em escolas segregadas - podem exacerbar muito sua exclusão da sociedade em geral e confirmar noções sociais pré-existentes sobre a deficiência.

Resolver esta grave discriminação é um assunto urgente e por várias razões. Em primeiro lugar, negar o direito à educação é roubar às crianças os benefícios futuros que a educação traz e a oportunidade de acessar outros direitos - por exemplo, ao limitar as oportunidades de emprego ou a participação cívica ativa durante a vida. Isso restringe a plena participação social, exacerba a exclusão e limita a capacidade de uma pessoa de escapar da pobreza. Muitas vezes, a exclusão da classe sinaliza o início de uma vida de exclusão em todas as áreas da sociedade. Esta e outras barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência identificam aqueles que estão tipicamente entre os mais pobres dos pobres.

Quando uma criança com deficiência tem a oportunidade de receber uma educação de qualidade, as portas se abrem para ela. Isso lhes permite garantir outros direitos ao longo da vida, facilitar um melhor acesso ao trabalho, saúde e outros serviços.

Nos últimos anos, as estruturas de direitos humanos começaram a imaginar uma maneira de tornar o direito à educação de crianças com deficiência uma realidade e a colocá-lo em prática.

Os sistemas de educação inclusiva são baseados em uma análise de direitos, que pode empoderar os alunos, celebrar a diversidade, combater a discriminação e promover sociedades mais inclusivas. Pode ser uma ferramenta valiosa na resolução de desigualdades. Também pode acabar com a discriminação ao abalar atitudes e comportamentos arraigados; ajudando todos nós a celebrar e abraçar a diversidade em nossas sociedades.

Além disso, a criação de sistemas de educação inclusivos é essencial para alcançar uma melhor qualidade educacional e cumprir os direitos humanos de todas as crianças. A educação inclusiva irá elevar os padrões de qualidade dos sistemas de educação, por meio de estratégias que abordem os estilos de aprendizagem obviamente diversos de todos os alunos, e que atendam às necessidades específicas de alguns deles. Eles também devem servir para alcançar outros grupos de crianças marginalizados e para garantir a inclusão de todos eles.

Ainda assim, os obstáculos que as crianças com deficiência enfrentam hoje para realizar seu direito à educação permanecem consideráveis; no entanto, um espaço de ação em diferentes áreas está sendo definido para governos, doadores e comunidade internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente, e ainda hoje, em diferentes regiões do mundo o conceito de inclusão educacional tem se restringido a um grupo de alunos com necessidades especiais, como os portadores de deficiência física e / ou mental e menores refugiados. As abordagens e respostas têm sido essencialmente compensatórias e / ou corretivas, principalmente através do estabelecimento de estruturas curriculares, programas de estudos e escolas especiais diferenciadas. Em muitos casos, uma das consequências mais significativas de uma estrutura institucional e curricular diferenciada tem sido a segregação e o isolamento, no sistema educativo, dos alunos considerados e por vezes estigmatizados como portadores de necessidades especiais.

Não se trata de contrastar modelos de integração e inclusão como opções políticas exclusivas (como podemos integrar sem incluir, ou incluir sem integrar?), mas sim compreender e promover a ideia de que cada escola enfrenta o desafio específico de incluir os alunos.

Isso implica necessariamente o desenvolvimento de um conjunto articulado e coerente de políticas referentes, entre outros aspectos, a uma proposta curricular pertinente e relevante inscrita em uma visão compartilhada, que facilite o diálogo entre os diferentes níveis de ensino; estratégias pedagógicas variadas e complementares que atendam devidamente a especificidade de cada aluno; possuir infraestrutura física e materiais didáticos alinhados ao projeto pedagógico; apoiar permanentemente os professores em suas salas de aula para que possam efetivamente desenvolver o currículo, dialogar e compreender as expectativas e necessidades das comunidades e famílias em nível local.

Inclusão significa, então, atender com qualidade, relevância e equidade às necessidades comuns e específicas que essas populações apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2010.

LEÃO, S. T. F. L. Breve análise sócio-histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira _Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

MANTOAN. M.T.E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

MENDES. E.G. Perspectiva para construção da escola inclusiva no brasil. In: PALHARES. M.S. MARINS. E.S.C.F. (org) Escola inclusiva. São Carlos: 2002.

RODRIGUES, DAVID. Apud MORIN, Edgar. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SALAMANCA: A declaração de Salamanca sobre princípios, políticos e prática em educação especial. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>Brasil.Acesso em 07 jul.2023.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007a.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Crítica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.